

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
0.140.933/09-8



ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

NIRE 35.300.184.092
CNPJ nº 04.310.392/0001-46

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009**

Data, Hora e Local: Aos 18 de Fevereiro de 2009, às 09:00hs, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Alameda Maria Tereza, n.º 2000, sala 06, bairro Dois Córregos, Cep: 13278-181.

Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Composição da Mesa: Presidente: Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh;
Secretário: Ricardo Leonel Scavazza.

Ordem do Dia:

(1) Aprovar a Emissão Pública de Debêntures Simples ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) pela Companhia, mediante oferta pública, a serem subscritas e integralizadas na data de emissão ("Data de Emissão") nos seguintes termos e condições:

(a) **Montante Total da Emissão:** até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (b) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; (c) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 4.000 (quatro mil) Debêntures; (d) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Valor Nominal Unitário"); (e) **Coordenador da Emissão:** Banco Itaú BBA S.A.; (f) **Espécie:** da espécie quirografária, observado o disposto na legislação vigente; (g) **Prazo e Vencimento:** 18 (dezoito) meses contados da Data da Emissão ("Data

do Vencimento"); **(h) Amortização do Principal:** na Data do Vencimento da Emissão; **(i) Remuneração:** equivalente a taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra group*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP") no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescido de uma sobretaxa de 3,50% a.a., calculados de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*", por dias úteis corridos, desde a Data de Emissão, até o vencimento das respectivas Debêntures; **(j) Destinação dos Recursos:** os recursos serão destinados a expansão das atividades da Companhia; **(k) Pagamento de Juros:** trimestralmente; **(l) Garantias:** aval da sua subsidiária, Anhanguera Educacional S.A. ("Avalista"), inscrita no CNPJ/MF nº 05.808.792/0001-49; **(m) Forma de Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição, sob o regime de garantia firme e esforços restritos de colocação, com base no disposto no item "Esforços Restritos" abaixo; **(n) Subscrição e Integralização:** a subscrição e integralização das Debêntures será feita em moeda corrente nacional, à vista, pelo Valor Nominal Unitário; **(o) Resgate Antecipado:** as Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, somente pelo valor total do saldo devedor da Emissão, desde que solicitado por escrito pela Companhia, com no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação Antecipada"), e mediante o pagamento de comissão de liquidação antecipada de 2,2% a.a. a ser calculada sobre o saldo devedor na Data da Liquidação Antecipada pelo prazo remanescente até a data de vencimento final da Emissão; **(p) Vencimento Antecipado:** Os eventos que acionarão o vencimento antecipado das Debêntures serão os seguintes: **(i)** inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Avalista, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures; **(ii)** inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Avalista, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, não sanado em prazo de cura a ser acordado; **(iii)** transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Companhia e/ou pela Avalista a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Companhia e/ou da Avalista, conforme o caso, nos documentos relativos das Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos debenturistas ou do Itaú BBA; **(iv)** anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento quanto à emissão das Debêntures e/ou ao aval prestado pela Avalista; **(v)** *(a)* decretação de falência da Companhia e/ou da Avalista; *(b)* pedido de autofalência pela Companhia e/ou pela Avalista; *(c)* pedido de falência da Companhia e/ou da Avalista formulado por terceiros não elidido no prazo legal; *(d)* pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Avalista, independentemente do deferimento do respectivo

pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou da Avalista; (vi) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (vii) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, recompra de ações (inclusive de ações), associação ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Companhia e/ou a Avalista, sem a anuência dos titulares das Debêntures, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo da Companhia e desde que em observância ao item "viii" a seguir se for o caso; (viii) fusão, cisão ou incorporação da Companhia sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, exceto a incorporação de sociedades pela Companhia e/ou pela Avalista, desde que tais sociedades tenham por objeto social atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas pela Companhia; (ix) mudança do controle acionário da Companhia e/ou da Avalista; (x) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou da Avalista que modifique substancialmente as atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas; (xi) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até cinco dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Companhia e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGPM; (xii) protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra a Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; (xiii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Avalista, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia e/ou contra a Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM, não sanado no prazo de dez dias contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença; (xiv) arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de quinze dias úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, o sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia; (xv) comprovação de

que qualquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Avalista em qualquer dos documentos relacionados à Oferta, incluindo o Contrato de Distribuição, são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto relevante; **(xvi)** não manutenção, pela Companhia e/ou pela Avalista, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional; ou **(xvii)** não manutenção, pela Companhia, do covenant financeiro, que será a razão entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 3,0 (três inteiros), sendo que **(a)** "Dívida Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referente às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas; e **(b)** "EBITDA" significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização de ágio, líquida de deságio; **(q) Esforços Restritos:** a Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, estando a Companhia desde já comprometida a observar todas as obrigações previstas na referida norma.

(2) Aprovar a assinatura da Proposta para Coordenação e Estruturação de Emissão de Debêntures, apresentada pelo Banco Itaú BBA S.A, cujas principais condições comerciais encontram-se sumarizadas acima.

(3) Autorizar a Diretoria a praticar todo e qualquer ato necessário à Emissão das Debêntures, especialmente no que se refere à contratação de instituições financeiras para serem responsáveis pela prestação dos serviços de custódia e pagamento das Debêntures, incluindo pagamento de comissões pela coordenação e intermediação da distribuição pública, bem como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão.

Deliberações Tomadas por Unanimidade:

Em conformidade com o Artigo 10, Parágrafo 6º, incisos (v) e (xi) do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração autorizaram a Emissão pública das Debêntures pela Companhia, mediante oferta pública, bem como, a assinatura da Proposta para Coordenação e Estruturação de Emissão de Debêntures, apresentada pelo Banco Itaú BBA S.A, nas condições descritas na Ordem do Dia. A Diretoria da Companhia fica desde já autorizada a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão, especialmente no que se refere à contratação de instituições financeiras para serem responsáveis pela prestação dos serviços de custódia e pagamento das Debêntures, e pela coordenação e intermediação de sua

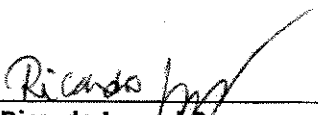
distribuição pública, bem como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão.

Encerramento e Lavratura: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada. **Assinaturas: Mesa:** Presidente: Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh; e Secretário: Ricardo Leonel Scavazza. **Membros do Conselho de Administração:** Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh, Luiz Otavio Reis de Magalhães, Olimpio Matarazzo Neto, Otavio Lopes Castello Branco Neto e Sergio Vicente Bicicchi.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

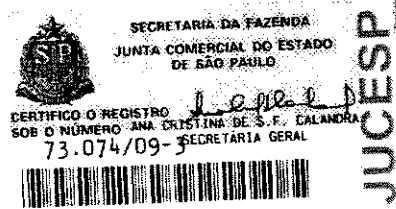
Valinhos, 18 de Fevereiro de 2009.

Mesa:



Ricardo Leonel Scavazza
Secretário

(Folha de Assinaturas da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Anhanguera Educacional Participações S.A., realizada em 18 de Fevereiro de 2009, às 09:00h).





JUCESP PROTOCOLO
0.149.160/09-4

COLEGIADA



ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

NIRE 35.300.184.092
CNPJ nº 04.310.392/0001-46

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2009**

Data, Hora e Local: Aos 20 de Fevereiro de 2009, às 09:00hs, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Alameda Maria Tereza, n.º 2000, sala 06, bairro Dois Córregos, Cep: 13278-181.

Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Composição da Mesa: Presidente: Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh;
Secretário: Ricardo Leonel Scavazza.

Ordem do Dia:

Retificar os itens (c), (d), (m) e (q) dos termos referentes à Emissão Pública de Debêntures Simples da Companhia ("Emissão", e "Debêntures", respectivamente), deliberados em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2009.

Deliberações Tomadas por Unanimidade:

Tendo em vista que a Companhia não irá realizar o procedimento de colocação das Debêntures da Emissão previsto nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, decidiu-se por alterar os termos da Emissão para a colocação de uma única Debênture simples de lote único e indivisível, dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme disposto no artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400, conforme alterada. Diante disso, os itens (c), (d), (m) e

(q), deliberados na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 18 de fevereiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"(c) Quantidade de Debêntures: será emitida 1 (uma) Debênture Simples de Lote Único e Indivisível ("Debênture")"; **(d) Valor Nominal Unitário:** a Debênture terá valor nominal unitário de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Valor Nominal Unitário")"; **(m) Forma de Colocação:** a Debênture será distribuída sob regime de garantia firma, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador da Emissão, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"). A Debênture não será registrada para negociação no mercado secundário, porém, contará com registro e custódia no SND – Sistema Nacional de Debêntures. O posterior registro para negociação da Debênture no mercado de bolsa ou de balcão organizado deverá ser objeto de registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, §2º, da Instrução CVM nº 400; **(q) Dispensa de Registro:** a Emissão será objeto de dispensa de registro na CVM, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400, por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários."

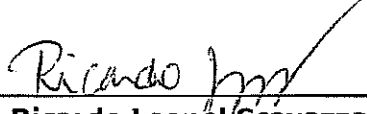
Os demais itens deliberados na reunião do Conselho de Administração do dia 18 de fevereiro de 2009 permanecem válidos e inalterados, sendo que qualquer referência a pluralidade das Debêntures deverá ser entendida como uma única Debênture.

Encerramento e Lavratura: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh; e Secretário: Ricardo Leonel Scavazza. **Membros do Conselho de Administração:** Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh, Luiz Otavio Reis de Magalhães, Olimpio Matarazzo Neto, Otavio Lopes Castello Branco Neto e Sergio Vicente Bicchichi.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Valinhos, 20 de Fevereiro de 2009.

Mesa:


Ricardo Leonel Scavazza
Secretário

(Folha de Assinaturas da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Anh:
S.A., realizada em 20 de Fevereiro de 2009, às 09:1

JUR_SP 8797290v1 5070.275309

2

